SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Ensino, pesquisa e extensão: formando pessoas, transformando territórios.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL

SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal
18 a 20 de agosto de 2026

TÍTULO: A COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA "JAYME MIRANDA" (CEMVJM) EM ALAGOAS: histórias e testemunhos da Ditadura no Tempo Presente.

Maria Mikaelly Santos da Silva[1], Marcelo Góis Tavares[2].

1. [1]Aluna do Curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) Campus III – Palmeira dos Índios; e-mail, mikaelly.silva.2022@alunos.uneal.edu.br. [2] Professo do curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) Campus III – Palmeira dos Índios; e-mail, marcelo.tavares@uneal.edu.br.

E-mail do autor correspondente: mikaelly.silva.2022@alunos.uneal.edu.br

RESUMO: A história recente, mostra que os eventos de 1964 estão na centralidade de discursos e debates políticos acerca da memória do regime autoritário desde o período de redemocratização que é marcado pela Constituição de 1988. Assim os grupos que lideraram essa transição democrática não visavam enfrentar esse passado autoritário, suas intenções eram de esquece-lo, Motta (2021). Essa política de esquecimento teve papel importante para que esse tema ficasse em segundo plano, não favorecendo assim que os valores democráticos fossem firmados na sociedade. Por isso, desde as crescentes divisões e radicalizações de opiniões e atitudes nas questões políticas que tiveram início em 2013, 2014, a história do golpe de 1964 e a Ditadura se tornou mais frequente, ocupando assim lugar de ênfase nos discursos dos envolvidos nas disputas pelo poder, já que o poder institucionaliza a verdade, ou a busca por ela, Foucault (1999) lembra que "somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade" (Foucault 1999. P. 28) já que são os discursos verdadeiros que julgam, condenam ou coagem, trazendo assim efeitos específicos de poder.

SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal
18 a 20 de agosto de 2026

Por isso, esse trabalho analisa os depoimentos de mulheres na Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça “Jayme Miranda” (CEMVJM) em Alagoas. Esta funcionou entre 2016 e 2017 quando finalizou seu relatório. Os depoimentos, reconhecidos em seu caráter fiduciário, constituem “testemunhos” Silva (2022) que oferecem denúncias do passado ditatorial e de terrorismo de Estado presentes no Brasil e Alagoas. Ao avançar na análise dessas fontes, buscou- se compreendê-las não apenas como registros informativos, mas como narrativas de memória, marcadas por experiências individuais e coletivas, nas quais emergem tanto lembranças quanto silêncios, especialmente quando se consideram recortes específicos, como o das mulheres, cujas vivências frequentemente tencionam e ampliam os limites da memória institucional produzida pela comissão. Metodologicamente, o testemunho feminino é tomado como forma de resistência simbólica frente ao poder opressor, ao mesmo tempo em que contribui para a construção de uma memória coletiva crítica. Nesse sentido, o estudo desses testemunhos permite a costura de narrativas memoriais que expressam experiências individuais e coletivas, com lembranças, silêncios e esquecimentos. Metodologicamente, operamos um deslocamento do caráter fiduciário para indiciário (Ricouer, 2007). E ao mesmo tempo, situamos os atos, testemunhal e historiográfico, numa perspectiva da História do Tempo Presente. Sobretudo quando se compreende, que o processo de transição no Brasil configurou-se como uma “reconciliação extorquida” (Gagnebin, 2010), Assim, ainda que iniciativas como a Comissão Nacional da Verdade e as comissões estaduais tenham trazido à tona múltiplas denúncias, a ausência de responsabilização efetiva evidencia os limites desse processo. Este trabalho, portanto, objetiva também tensionar a memória da ditadura em Alagoas e historiscizar a atuação da CEMVJM.

Palavras-chave: Testemunha. Documentação. Autoritarismo.